



ACÓRDÃO Nº706/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10940/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Darilson Colares Mar (Ordenador de Despesa), Neumice Reges Pinto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM 5933, Rodrigo Mendes Lasmar - OAB/AM 12.480.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1706/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, de responsabilidade do **Sr. Darilson Colares Mar** (período 01/01/2018 a 22/02/2018) e da **Sra. Neumice Reges Pinto** (período 23/02/2018 a 31/12/2018), referente ao exercício de 2018, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, § 1º, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Dar quitação ao **Sr. Darilson Colares Mar**, responsável pela Câmara Municipal de Novo Aripuanã, período de 01/01/2018 a 22/02/2018, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.3. Dar quitação à **Sra. Neumice Reges Pinto**, responsável pela Câmara Municipal de Novo Aripuanã, período de 23/02/2018 a 31/12/2018, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da



ACÓRDÃO Nº706/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Recomendar ao órgão de origem (**Câmara Municipal de Novo Aripuanã**) que atente com mais rigor ao cumprimento da legislação e praxe administrativa referente aos seguintes pontos:

10.4.1. Adotar, preferencialmente, um sistema informatizado de controle patrimonial;

10.4.2. Em futuras prestações de contas, quando se tratar de licitação na modalidade Convite, apresentar comprovante da afixação dos instrumentos convocatórios em local apropriado.

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno, para que oficie aos Responsáveis sobre o teor do Acórdão, acompanhando cópia do Relatório-voto para conhecimento;

10.6. Arquivar o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral